

Vigotski, L. S. (1933-34/2018) Quinta aula. Leis do desenvolvimento psicológico da criança. In: _____. Sete aulas de L. S Vigotski sobre os fundamentos da pedagogia. Rio de Janeiro: E-papers. p. 92-109.

Quinta aula. Leis gerais do desenvolvimento psicológico da criança

Até agora, falamos de um modo geral sobre o desenvolvimento como um todo. Procuramos definir as regularidades e os eventos mais gerais dos quais ele depende e examinamos a hereditariedade e o meio. Vimos também, primeiramente, que as regularidades comuns do desenvolvimento se mostram de forma distinta em diferentes aspectos do mesmo. Em segundo lugar, quando falamos sobre o meio e a hereditariedade, também tivemos que nos aproximar da mesma [questão]:²⁶ não há uma lei geral única que determina o papel da hereditariedade de modo homogêneo em todos os aspectos do desenvolvimento. Quando falamos sobre o meio, também dissemos que não há uma lei que, com uma fórmula geral e de modo comum, responda de uma vez por todas e com o mesmo êxito à questão de como o meio influencia o desenvolvimento em todos os seus aspectos. Isso significa que, quando analisamos o desenvolvimento em geral, chegamos sempre à mesma necessidade de diferenciá-lo, de analisá-lo por partes. Assim, se não há uma lei geral acerca de como a hereditariedade influi no desenvolvimento, deve-se estudar, conseqüentemente, como ela o faz em relação a cada aspecto separadamente.

26 Na edição russa é usada a palavra “conclusão”, seguida de nota de rodapé esclarecendo que a palavra usada no estenograma original é “questão”. Optamos por esta última alternativa (N. da T.).

Conhecendo o modo como ela influencia separadamente cada aspecto, saberemos generalizar e obter alguma ideia dessa influência sobre o desenvolvimento em geral e em sua totalidade.

Penso que, para vocês, não há nenhuma dificuldade de compreender também que o desenvolvimento pode ser um processo diferenciado, pois **ele é um processo em que a pessoa, desde o nascimento, passa pelo caminho até a constituição de uma personalidade desenvolvida, madura, a constituição de um organismo de uma pessoa desenvolvida e madura. Esse é um sistema complexo que não pode se desenvolver de modo completamente homogêneo em todos os seus aspectos.** Os distintos aspectos têm diferentes significados, momentos e pesos específicos; aspectos distintos têm interdependências distintas. Resumindo e simplificando, o homem é um sistema único. Com isso todos concordam. Contudo, não é um sistema homogêneo, mas um sistema organizado complexamente e heterogêneo.

Por isso, o próximo passo a dar no estudo do desenvolvimento do homem é conhecer os principais elementos em que devemos separá-lo com o objetivo de investigar, lembrando apenas e sempre que **esses distintos aspectos se encontram numa determinada relação, numa determinada dependência uns dos outros.** Isso, contudo, não os impede de ter leis próprias, autônomas, leis estas que se manifestam num dado aspecto do desenvolvimento e não o fazem em outro.

Vamos começar pelo desmembramento do processo geral de desenvolvimento e tentaremos analisar, de forma mais concreta, as regularidades que orientam o desenvolvimento psicológico da criança.

Aqui, contudo, nós caímos na mesma situação de antes. O desenvolvimento psicológico da criança se desmembra numa série de aspectos e no âmbito destes, novamente, há algumas peculiaridades. O estudo desses diferentes aspectos já faz parte do curso específico da pedologia, da pedologia etária, e hoje nos deteremos nas leis gerais do desenvolvimento psicológico da criança ou **nas leis gerais do desenvolvimento da personalidade consciente da criança.**

Permitam-me começar do mais importante, do essencial, daquilo que caracteriza as leis do desenvolvimento psicológico. Pelo que falamos antes e o que vocês trazem de outros cursos, sabemos que, durante o desenvolvimento, a criança não apenas passa pelo crescimento ou aumento do que está dado desde o início, mas por uma reestruturação das relações entre determinados aspectos do organismo, **por mudanças e**

reestruturação de sistemas orgânicos. Por exemplo, falamos: será que o corpo, as pernas e as extremidades, o dorso e a cabeça da criança crescem de forma regular e homogênea num certo período de tempo? Isso nunca acontece. Alguma parte do nosso corpo sempre cresce predominantemente ou de modo mais intenso, enquanto outras crescem mais devagar. Isso leva ao fato de que, na etapa seguinte de desenvolvimento, as proporções se reestruturam e também o fazem as relações entre as partes. Essa situação nós analisamos como lei geral do desenvolvimento.

Tomemos o desenvolvimento do sistema endócrino. Vocês sabem que o desenvolvimento desse sistema não envolve apenas o crescimento ou maturação das glândulas; na idade infantil, o desenvolvimento do sistema endócrino transcorre principalmente devido à mudança, à correlação no sistema de secreção interna das glândulas. Algumas glândulas envolvem, ou seja, passam por um caminho de desenvolvimento retroativo ao longo do desenvolvimento infantil, seja no início ou mais tarde. O timo, que desempenha um papel muito grande nos processos precoces de formação do organismo, começa muito cedo a dar lugar a outras glândulas e sofre um processo de desenvolvimento retroativo. Outras glândulas começam a aparecer em outra idade e, na passagem de uma idade para outra, lidamos com a reestruturação da relação entre as glândulas de secreção interna. Então, como veremos, quando falamos sobre o desenvolvimento físico da criança, **em cada idade predomina a sua fórmula endócrina**, ou seja, a forma que expressa as especificidades das relações de determinadas glândulas de secreção interna características de cada época etária.

Em relação ao desenvolvimento psicológico da criança, durante muito tempo, essa regularidade estava fora da atenção dos pesquisadores. A psique do homem era apresentada como uma formação complexa. Naturalmente, essa psique começou a ser desmembrada com o objetivo de estudá-la cientificamente, distinguindo-se determinadas funções psicológicas, digamos, memória, atenção, pensamento, vontade, emoção etc. Quando essa antiga psicologia funcional abordava o problema do desenvolvimento infantil, ela pensava que as funções psicológicas se desenvolviam separadamente e que as relações entre elas não se desenvolviam, permaneciam inalteradas. Isso é um grande equívoco e se configura como um obstáculo na ciência do desenvolvimento psicológico da criança.

Primeiramente, devemos começar esclarecendo a principal regularidade do desenvolvimento psicológico. Ela consiste no fato de que, **no decorrer deste, se alteram e crescem não apenas certas funções psicológicas, mas principalmente mudam as correlações entre elas**, pois existe uma especificidade no sistema de relações entre as funções para cada etapa etária. **Na passagem de uma idade para outra, muda, em primeiro lugar, o sistema de relação entre as funções, e o desenvolvimento de cada função em separado depende do sistema em que ela se desenvolve.** Ou seja, a lei que conhecemos, relativa ao organismo como um todo, vamos aplicar também ao desenvolvimento psicológico da criança. O desenvolvimento como um todo determina o desenvolvimento das partes, ou seja, o desenvolvimento da consciência da criança como um todo determina o desenvolvimento de cada função isoladamente, de cada forma isolada de atividade consciente. Assim, não ocorre simplesmente o desenvolvimento da memória, da atenção, do pensamento isoladamente, mas do conjunto das mudanças surge um desenvolvimento comum da consciência, uma mudança da consciência como resultado do desenvolvimento de certas funções. Na realidade, acontece algo pelo caminho inverso – exatamente a mudança da consciência como um todo, ou seja, a reestruturação das relações entre funções isoladas leva ao fato de que cada função é posta em condições específicas de desenvolvimento, o que tentarei apresentar a vocês.

Para que esse postulado geral que caracteriza o desenvolvimento psicológico fique mais claro e visível, devemos tomar concretamente algumas idades infantis e ver o que ocorre na passagem de uma idade para outra.

Vamos começar pelo bebê. Como vocês pensam? No bebê, ou seja, no início do desenvolvimento, será que existe uma situação em que certas funções estão diferenciadas? Por exemplo, podemos observar nos bebês a memória por si só? O bebê pode se ocupar da memorização de algo? Podemos observar o pensamento isolado da ação? A ação isolada da afetividade, das emoções? Nunca. O que caracteriza a consciência do recém-nascido e do bebê nos primeiros meses? O traço mais característico que diferencia a consciência do recém-nascido e do bebê da consciência da criança em idades posteriores consiste no fato de ser uma consciência absolutamente indiferenciada no seu aspecto funcional. O que isso significa? Significa que, na consciência do bebê, podemos demonstrar que

existe o germe de todas as futuras funções. Todavia, essa consciência é diferenciada? Cada função pode funcionar isoladamente? Não.

Tomemos outro exemplo. Existe memória no bebê? Sim. O bebê reconhece a mãe, reconhece os objetos conhecidos e os diferencia dos desconhecidos. Se, com objetivos experimentais, alimentarmos sempre a criança com a mamadeira de uma determinada cor e forma e, depois, alimentarmos com uma mamadeira de outra cor e forma, o bebê vai pegar aquela que ele reconhece; ele estenderá a mão para ela mesmo que esteja mais longe. Será que o bebê tem a capacidade de assimilar e recordar? Sim. Sem dúvida, tanto que muitos autores dizem até que o que o bebê memoriza no ano zero, ou seja, entre o momento do nascimento e um ano de vida, ultrapassa, em quantidade, tudo o que memorizamos no restante da vida. Na realidade, o bebê nasce sem saber nada sobre o mundo. Consequentemente, todas as qualidades das coisas (doce, amargo; todas as sensações de carinho, de tato – duro, macio, áspero, liso, frio, quente), tudo que, em geral, parece que nunca recordamos, todas as qualidades básicas elementares do mundo são memorizadas exatamente pela criança quando tem a idade de bebê. Assim, no bebê, não existe apenas a possibilidade de memorização, mas essa possibilidade de memorizar, de recordar se realiza de forma muito intensa. Muitos pesquisadores supõem que a memória jamais realizará um trabalho tão intenso quanto nessa idade.

Contudo, ao mesmo tempo, o que caracteriza a memória no bebê? A memória enquanto tal não existe. Ela não foi separada da atividade geral da consciência. Vou apresentar dois exemplos simples. Vocês sabem que o bebê pertence às idades que, posteriormente, são atingidas pela amnésia, idades que são extraídas da nossa memória. Lembramos de quando éramos bebês? Não existem tais pessoas. Existem pessoas que afirmam que conservaram *flashes* de lembranças. São raríssimas essas pessoas e ainda há a questão do quanto essas lembranças são realmente de quando eram bebês, se estão relacionadas apenas à idade de quando eram bebês ou se surgiram mais tarde. Existe a memória no bebê, ela trabalha intensamente, mas ele não lembra, ele não conserva nenhuma recordação dessa idade. Esse é um dos fundamentos que mostram que a memória do bebê não se diferencia da nossa por ser mais fraca ou por ele memorizar mais devagar, por se lembrar de um espaço de tempo mais curto, por poder memorizar uma quantidade menor de coisas. No bebê,

a memória, antes de tudo, se diferencia principalmente por ter outra relação com a consciência como um todo; ela não é diferenciada, não está separada da atividade da consciência como um todo.

Tomemos um segundo exemplo. Tomemos a experiência de verificar a memória da criança quando ela é alimentada, por um período de tempo definido, com uma mamadeira que tem uma determinada forma e cor. Pergunta-se: então, o bebê está se alimentando e, além disso, ele tem que memorizar de que mamadeira se alimenta? Não. Isso simplesmente não ocorre. O que ele ingere, que, naquele momento, sacia sua fome, e também o fato de estabelecer uma determinada relação afetiva com o alimento e com o que vê, tudo isso está junto, tudo isso conflui para uma única coisa. Dessa forma, ele memoriza, mas essa memorização não está separada ou diferenciada como uma atividade isolada no âmbito de toda a atividade da criança. Essa memorização não está apartada das emoções, da fome, do instinto, da saciedade, não está separada da percepção. Em uma palavra, **essa recordação, que não é diferenciada, não existe como função isolada.** Um dos estudiosos que se ocupou precisamente dessas experiências diz que essa recordação do bebê causa uma impressão paradoxal. Por um lado, ele memoriza com muita facilidade, rápida e solidamente as coisas que lhe são acessíveis. Claro, pois sua memória nos impressiona por seu frescor, sua agilidade em comparação com a memória da criança um pouco mais velha. Por outro lado, essa memorização ainda não existe como tal. O bebê não diferencia de outras percepções o leite que bebe da mamadeira que tem forma quadrada. Ocorre que tal percepção, diz aquele autor, o bebê recebe como se estivesse bebendo um leite azul retangular. Se nos detivermos não apenas na memória, mas em outros aspectos da atividade da consciência do bebê, chegaremos à mesma conclusão de que nele existem, de forma embrionária, frequentemente bem desenvolvidas e desde o início, funções que, como a memória, não são diferenciadas, não estão isoladas umas das outras. Do mesmo modo que no embrião, na célula, temos, indistintamente, os futuros órgãos e tecidos da criança, também aqui, **na consciência, temos, indiferenciadamente, as futuras funções que devem se desenvolver, que ainda não se diferenciaram, não se desenvolveram.**

O exemplo que definitivamente permite esclarecer esse ponto de partida do desenvolvimento da consciência no bebê pode consistir na analogia entre esta consciência e o desenvolvimento motor. O que

diferencia o desenvolvimento motor da criança? Nele, inicialmente, o bebê se desenvolve de forma que surgem alguns movimentos diferenciados, alguns reflexos isolados de alguns órgãos, depois, aos poucos, esses reflexos começam a se ligar em grupos; em seguida, em grupos maiores, e depois surgem movimentos globais. Penso que quem já viu um bebê não concordará com essa descrição do caráter do desenvolvimento motor. O desenvolvimento motor do bebê carrega um caráter de movimento global, ele se move com o corpo inteiro. Um dos investigadores mostrou que, se você oferecer ao bebê faminto algo agradável, digamos, um mingau de sêmola, ele se curva feito um aro ao encontro do alimento, estica as perninhas, estica os braços, a cabeça, e lembra um aro com a parte aberta direcionada ao objeto. Se você oferecer algo desagradável – pingar algo amargo na sua língua –, ele vai se encurvar para o lado oposto. Esse é um movimento de um todo, não é diferenciado, não está fragmentado em movimentos de certos órgãos. Em que consiste o desenvolvimento motor do bebê? Consiste no fato de que, desse movimento não fragmentado, não isolado do corpo inteiro, **aos poucos começam a se destacar os movimentos diferenciados das pernas, dos braços e dos pés**. Por exemplo, nós desconsideramos um momento importante no desenvolvimento motor da criança que é quando ela começa a fazer com as mãos o que fazia com os pés, quando surgem os movimentos diferenciados.

Até certo ponto, essa analogia permite esclarecer também o que encontramos no período inicial do desenvolvimento do bebê, mais precisamente, a não fragmentação, a indiferenciação de certas funções da consciência. Se é assim, penso que vocês concordarão com a ideia que defende que, no bebê, existem funções psicológicas – memória, atenção, pensamento, vontade etc. – que futuramente se desenvolverão. Essa ideia não suporta a crítica e não se confirma com os fatos. O ponto de partida do desenvolvimento da consciência no bebê permite dizer que, no início, não há o desenvolvimento de certas funções em geral; existe apenas a consciência como um todo indiferenciado e, pelo visto, o próprio desenvolvimento consiste na diferenciação de certas funções, que, como veremos, ocorre em determinadas idades.

Se nos limitarmos a isso na caracterização do ponto inicial do desenvolvimento da consciência, então, em seguida, devemos nos perguntar: está bem; no bebê, há certas funções indiferenciadas, mas como ocorre a diferenciação depois? Todas as funções surgem de uma só vez? Eis que a

idade de bebê chegou ao fim. Começou a primeira infância, começou o segundo ano. A consciência dele se diferencia e surgem, de imediato, a memória, a atenção, a imaginação, as emoções, todas as funções, ou não? Pesquisas mostram que isso nunca acontece. **Inicialmente, apresenta-se, na primeira infância, um grupo de funções que ainda está insuficientemente diferenciado internamente e ocupa um lugar dominante em relação a todas as outras funções.** Que função é essa? Penso que é mais correto denominá-la, como se faz na psicologia contemporânea, de **percepção afetiva**, ou seja, emoções e percepções ainda indiferenciadas entre si. Contudo, essas funções se isolam do resto da consciência como um todo no limiar entre o bebê e a primeira infância. Se antes devíamos desenhar a consciência como um círculo indiferenciado, agora ele vai se dividir em centro e periferia. No centro estará a percepção diretamente ligada às emoções, e **todas as outras atividades já começam a agir por meio da percepção.**

Permitam-me esclarecer isso. Como age a memória da criança na primeira infância, principalmente na primeira metade desta, no segundo ano de vida e numa parte do terceiro ano? A forma predominante da memória infantil que permanece é a que se manifesta de modo indiferenciado da percepção, ou seja, do reconhecimento. Vocês já viram uma criança de até três anos se recordar de algo a respeito de si mesma? Não. Como se apresenta com mais frequência sua memória? Quando consegue reproduzir algo que aconteceu anteriormente numa determinada situação, ou, ao ver um objeto, o reconhece e também os acontecimentos a ele relacionados, ou seja, **a memória da criança na primeira infância age apenas quando e enquanto puder participar da atividade da percepção.**

Nisso se expressa sua submissão, sua dependência em relação à situação de percepção. A memória ainda não é encontrada, ainda não aparece como algo que a criança dessa idade tentou memorizar por si só.

Tomemos o pensamento da criança dessa idade. Alguma vez vocês verificaram que a criança pudesse pensar abstratamente? Seu pensamento sempre se reduz ao pensamento concreto-visual ou, como dizem, ao **pensamento voltado para a ação prática**, isto é, ela sabe adivinhar, seja a respeito da relação entre os objetos percebidos visualmente, seja em função de encontrar alguma ação racional e direcionada também numa situação concreto-visual. O que significa o fato de existir na criança um pensamento exclusivamente concreto-visual? Significa que essa criança

pensa apenas até o momento em que percebe, ou seja, apenas **nos limites do que é percebido**. E o que é característico do nosso pensamento? É que podemos pensar não apenas quando e a respeito do que temos e vemos diretamente diante dos nossos olhos.

Seja a memória da criança dessa idade, seja o seu pensamento, veremos que ambos estão submetidos à percepção; a memória e o pensamento não existem por si sós, mas também não existem de forma indiferenciada como era no bebê, existem como se fossem subordinados à percepção, guardando certa **dependência dela**.

O mesmo ocorre com as emoções da criança. Quem já viu crianças de três anos sabe bem como é maravilhosamente fácil distraí-las. Aconteceu algo desagradável, é possível distrair a criança desse fato – criou-se um novo ambiente, entregou-se um novo objeto – pronto, tudo passou. A criança vai ficar triste porque, no futuro, acontecimentos desagradáveis a aguardam? Ela sofre porque o médico, agora, vai colocar a colher na sua boca. No entanto, após apenas alguns minutos, e se, na situação em que estiver, nada a ameaçar diretamente, sua emoção não se manifesta! É possível alegrar a criança com o fato de que dali a cinco dias receberá um presente? Ela não pode ter uma relação emocional com isso. **Sua emoção se manifesta apenas nos limites de sua percepção**.

Penso que esses exemplos são suficientes para ver que, na primeira infância, quando a criança dá o primeiro ou o segundo passo em seu desenvolvimento psicológico, ocorre uma mudança brusca na estrutura de sua consciência em relação ao bebê. Se, no bebê, lidamos com a **consciência como um todo**, que é totalmente indiferenciada em suas atividades isoladas, encontramos, no segundo degrau do desenvolvimento, formas bruscamente separadas das demais formas de atividade da consciência, ainda internamente indiferenciadas da **percepção afetiva da criança**, que ocupa o lugar central de função dominante e determina toda a atividade da consciência. Ou seja, surge, nessa idade, um fenômeno que podemos denominar de relações interfuncionais na consciência, ou seja, relações entre funções. Já há, aqui, determinadas diferenciações das relações entre a percepção e a memória? Sim. Podemos dizer que, nessa consciência, a percepção e a memória já se relacionam de forma diferente do que a memória e o pensamento? Penso que podemos. Como se relacionam, aqui, a percepção e a memória? Como funções predominantes e subordinadas. É a memória e o pensamento que são subordinados à percepção? São funções independentes. E estas funções, memória e pensamento,

também se relacionam uma com a outra, assim como cada uma se relaciona com a percepção? Não. Elas se relacionam de forma diferente. Já que é assim, fica claro que, pela primeira vez, vemos as relações diferenciadas entre as funções. Isso é o início das **diferenciações** das funções, que se caracterizam por três momentos básicos que podemos, agora, formular em três postulados gerais que conservam o seu significado em todas as idades posteriores.

Do que vimos até agora, podemos tirar uma conclusão que abranja três leis principais que caracterizam o desenvolvimento psicológico da criança. A primeira pode ser formulada assim: da consciência indiferenciada inicial nunca surgem, imediatamente, de forma diferenciada, todas as funções. Ao contrário, tudo ocorre do seguinte modo: a diferenciação das funções acontece sucessivamente, pois, no início, separa-se uma função que não representa com frequência e plenitude uma unidade diferenciada e que, internamente, não está diferenciada de modo suficiente. Vou esclarecer essa lei. Ela quer dizer o seguinte: o desenvolvimento não ocorre de forma que, no início, a consciência seja indiferenciada e, depois, imediatamente, num belo dia, torna-se diferenciada. A diferenciação ocorre em partes, por funções isoladas; além disso, internamente e no seu próprio âmbito, as funções permanecem pouco diferenciadas. Por exemplo, na primeira infância, a percepção se destaca da trama geral da consciência. Já disse a vocês que ela ainda é insuficientemente diferenciada da própria emoção. Além disso, as percepções auditivas e visuais, as percepções das cores e das formas ainda são muito indiferenciadas. Então, apesar de a função como um todo já estar destacada internamente, ela é bastante articulada. Ela se destacou como um todo indiferenciado.

Por último, o que é preciso acrescentar a tal conclusão decorrente dessa lei? Em cada etapa etária, diferentes funções apresentam distintos graus de diferenciação externa e interna. Isso significa, por exemplo, que, na primeira infância, a percepção é mais diferenciada que a memória. Consequentemente: **(1) em cada etapa etária, diferentes funções em distintos graus estão separadas da consciência como um todo e são diferenciadas internamente em diferentes graus.**

Por isso, nunca há desenvolvimento regular da função. Essa é a **primeira lei.**

A segunda lei que caracteriza o desenvolvimento psicológico da criança, ao que me parece, decorre do que eu disse anteriormente. Ela pode ser formulada do seguinte modo:

(2) A função que se diferencia nessa idade não adquire simplesmente uma independência relativa da consciência como um todo, mas ocupa um lugar central em todo o seu sistema, se apresenta na qualidade de função dominante que determina, em certa medida, a atividade de toda a consciência.

Agora, vou esclarecer esse ponto. Isso significa que a função não apenas se isolou e, com isso, tudo acabou. Para uma função, se isolar significa predominar. Ela se separou para poder ocupar uma posição dominante. Como uma parte distinta, ela já colore, em maior ou menor medida, a atividade de todo o resto indiferenciado da consciência. Do que depende a maior ou menor medida de uma dada função dominante? Depende do quanto as funções restantes estão diferenciadas. Por exemplo, na primeira infância, a percepção domina e as funções restantes estão diferenciadas ou pouco diferenciadas? Pouco. Por isso, nesse caso, a percepção determina a atividade da consciência em grande medida. Contudo, na idade seguinte, quando lidamos com outras funções mais diferenciadas, o papel dominante da função central se apresentará com menos precisão, numa medida menor. Entretanto, a lei permanece em vigor; a consciência **se estrutura hierarquicamente**. Ela não se estrutura como uma série de funções democraticamente estabelecidas, destacadas e que não se subordinam umas às outras, que não se ligam umas às outras em princípios de igualdade. No desenvolvimento psicológico, o sentido de diferenciação consiste em que lidamos com uma hierarquia, uma organização complexa. **A separação de cada função significa uma alteração da atividade da consciência como um todo**. Então, ocorre não apenas a distinção ou a diferenciação de uma dada função. **Graças a uma função que se destacou, a consciência em sua totalidade adquire uma estrutura nova, um novo tipo de atividade**, uma vez que aquela função começa a predominar.

Devido a isso é que surge o que falei antes, mais precisamente, que para cada função dominante emerge um sistema de ligações interfuncionais na consciência, ou seja, funções distintas se relacionam de diferentes formas umas com as outras. A percepção se relaciona com a memória, assim como a memória com o pensamento? Não. A percepção domina.

O pensamento e a memória são funções indiferenciadas e se subordinam à percepção. O pensamento se relaciona com a memória de modo diferente. Eles se ligavam por meio da percepção e aquelas duas funções eram subordinadas a esta. Assim, podemos acrescentar à segunda lei o seguinte: **graças a essa predominância em cada etapa etária, surge, para uma certa idade, um sistema específico de relações interfuncionais** que nunca são iguais para funções diferentes. Para uma determinada idade, diferentes funções estão em distintas relações umas com as outras.

Agora, passemos à terceira lei. Ela consiste em que a função que, pela primeira vez, se destacou e predomina na consciência numa determinada idade se encontra como que numa situação privilegiada em relação ao seu desenvolvimento. Diz-se a respeito dessas funções dominantes e destacadas numa determinada idade que se encontram em condições mais benéficas de desenvolvimento, pois todo o restante da consciência serve a elas. Na primeira infância, a percepção se destacou, foi para o centro e ocupou uma posição dominante. Isso é ou não benéfico para o seu desenvolvimento? Será que, graças a isso, nessa idade, a percepção se desenvolverá no ritmo máximo? Sim, porque a memória não age de forma diferente, mas articulada à percepção; o pensamento também não age diferentemente como no processo da percepção. Então, todas as funções, toda a consciência parecem servir à atividade daquela função. Isso possibilita a ela o máximo crescimento e desenvolvimento e a máxima diferenciação interna.

Então, em seguida ao processo de diferenciação externa, de separação de uma função de toda a consciência, tem início o período de sua diferenciação interna, de seu máximo desenvolvimento e separação interna, ou seja, de surgimento de uma estrutura interna complexa e hierarquicamente organizada. Por isso, o período de predominância de desenvolvimento para cada função é exatamente aquele em que ela se diferencia suficientemente pela primeira vez, ou seja, é como se fosse a principal época de amadurecimento da percepção. Pode-se dizer que, em toda história antecedente e posterior, a função nunca percorre um desenvolvimento tão intenso quanto nesse exato período em que ela predomina. Então, onde está concentrado o principal desenvolvimento da percepção propriamente dita? Está concentrado na primeira infância, quando essa função predomina. Antes, a percepção se desenvolvia? Sim. Mais tarde vai se desenvolver? Sim. E o centro dela, a época principal, é exatamente aqui.

Pelas leis gerais de desenvolvimento, sabemos que cada função, sistema e aspecto dele tem seu período ideal. Por exemplo, o amadurecimento, o desenvolvimento sexual ocorre desde o primeiro dia de desenvolvimento da criança, desde o período intrauterino, até o último dia de vida madura. Mas em que idade se concentram os principais fatos do desenvolvimento sexual? Entre os 13 e 15 anos. O que ocorreu antes disso e o que ocorrerá depois não podem ser comparados, em termos de seu significado para o desenvolvimento sexual, com os acontecimentos desse período etário.

A fala da criança, em suas formas embrionárias, se desenvolve até um ano e meio? Desenvolve-se. Depois dos cinco? Sim. Mas onde se concentram os acontecimentos principais e decisivos que determinam o domínio das bases da fala? Entre um ano e meio e cinco anos. Nesse período, a criança domina o mais importante da língua.

A lei geral de desenvolvimento afirma que **cada função, sistema e aspecto do desenvolvimento tem o seu período ideal e mais intenso**. A lei particular que analisamos afirma que o desenvolvimento ideal para a função psicológica é o período em que ela, **pela primeira vez, se diferencia do restante da consciência e se apresenta como função dominante**.

Se isso está claro, podemos passar à formulação da terceira lei do desenvolvimento psicológico. No período seguinte à diferenciação externa de uma dada função, (3) **a função dominante na consciência se encontra em condições benéficas máximas de seu desenvolvimento**, pois todas as outras formas de atividade da consciência parecem servi-la. Isso possibilita a diferenciação interna da própria função. Em cada período, a função dominante realiza um desenvolvimento intenso ao máximo não apenas em comparação com as demais funções no mesmo período, **mas também em comparação com sua própria história anterior e posterior**. Isso significa que, na primeira infância, a percepção se desenvolve ao máximo e intensamente não apenas em comparação com a memória, o pensamento ou a vontade, ou seja, a percepção se desenvolve mais intensamente do que as demais funções também em comparação com a sua própria história de desenvolvimento antes e depois desse período. Esse período é intenso ao máximo, é o mais rico por seu conteúdo.

Se, até aqui, for possível considerar finalizado o esclarecimento das três principais leis do desenvolvimento psicológico na infância, nos resta tornar claro o quarto e mais importante postulado que engrandece essas três leis.

Com base no que eu disse até agora, seria incorreto imaginar que o desenvolvimento da consciência²⁷ ocorresse do seguinte modo: inicialmente, há uma consciência indiferenciada; depois, uma função se diferencia; na idade seguinte, outra; na próxima, a terceira; depois, a quarta. Conseqüentemente, cada idade se distinguiria de outra idade e, gradual e ordenadamente, seriam destacadas determinadas funções. Se nos limitarmos a esse raciocínio, que pode surgir com base nas leis que acabei de relatar, chegaremos a uma ideia totalmente incorreta sobre o curso do desenvolvimento da consciência que não corresponde à realidade.

Já na idade pré-escolar, a situação muda bruscamente se compararmos com a primeira infância. Se tomarmos a passagem do bebê para a primeira infância, veremos que, nele, a consciência é indiferenciada, mas, na primeira infância, a percepção se destaca, se diferencia. Se focalizarmos a idade escolar, a situação é outra. A percepção na idade pré-escolar se diferenciou tanto externa quanto internamente. Pode, agora, simplesmente se destacar alguma outra nova função que imediatamente ocupe o lugar que a percepção ocupava antes? Não, porque, grosso modo, a percepção não tinha um concorrente, já que ela se destacou primeiramente. A nova função que começa a se diferenciar na idade pré-escolar tem, com frequência, um concorrente muito potente, tem uma função relativamente independente e internamente isolada que é a percepção. Então, devido a isso, uma nova função que apenas começou a se diferenciar nessa idade pode, de imediato, ocupar na consciência a situação dominante que era ocupada pela percepção na consciência indiferenciada? Claro que não. Além disso, a percepção, na primeira infância, se destacou de uma consciência indiferenciada. Essa é uma das situações em que, na primeira infância, já surgiram as relações interfuncionais, ou seja, diferentes funções já se encontram numa determinada subordinação em relação à percepção. E a função nova, que se destacou na idade pré-escolar, pode dominar de imediato essas relações? Ou as funções que, dependendo de uma determinada função, reestruturam de outra forma suas relações ao se transferirem para outras funções? Claro que de outra forma. Assim, a idade pré-escolar já não repete a história de diferenciação que é relativamente simples na primeira infância.

27 Na edição russa é usada a expressão “desenvolvimento do conhecimento”. A nosso ver, deve ser “desenvolvimento da consciência”, pois é disso que o autor trata imediatamente a seguir (N. da T.).

Em que se diferencia a nova função que aparece na idade escolar? Em que se diferenciam as circunstâncias na primeira infância? Como tentei dizer agora, a diferença, em cada nova etapa, consiste no fato de a situação se tornar mais complexa, e essa complexidade se resume a dois momentos: primeiramente, a situação se torna complexa porque, na consciência, já há uma função que dominava antes, que era diferenciada internamente, era forte, independente e mais desenvolvida do que a que apenas agora começou a se desenvolver. Em segundo lugar, todas as demais funções já não se encontram numa situação indiferente e desorganizada, mas já estiveram subordinadas à percepção, já agem num determinado sistema. Por isso, quando o desenvolvimento da consciência passa de uma indiferenciação total para uma primeira diferenciação, então, nesse momento, imagina-se uma situação relativamente simples. Aqui, surge apenas um sistema definido, e quando a consciência se transfere da primeira infância para a idade pré-escolar, já há de antemão um sistema. Penso que vocês concordarão com o fato de que uma coisa é passar da consciência indiferenciada para um sistema primário simples e outra é passar de um sistema para o outro. Consequentemente, o próximo passo no desenvolvimento da consciência é realizado de outra forma. A nova função que se destaca como dominante, e que também está em condições benéficas máximas de desenvolvimento na idade pré-escolar, é a memória. A memória se desenvolve predominantemente na idade pré-escolar.

As três leis que citei até agora são suficientes para explicar o desenvolvimento da consciência até o início da idade pré-escolar, quando se **apresenta uma nova regularidade, a quarta**. O que há de novo? O novo aqui consiste no fato de que, na passagem do bebê para a primeira infância, surgiu, pela primeira vez, um sistema; pela primeira vez as funções começaram a se destacar; pela primeira vez algo começou a dominar no sistema da consciência; pela primeira vez surgiram relações interfuncionais; já na passagem para a idade pré-escolar, é preciso passar de um sistema para outro. **A passagem de um sistema para outro transcorre de forma diferente e mais complexa do que a passagem da indiferenciação da vida da consciência, isenta de qualquer sistema, para um sistema primário definido.**

Onde se situa a especificidade desse segundo passo? O que há nele em comum com o primeiro e o que é diferente e novo? O que há de velho e o que ele repete do velho caminho? Ele repete o velho caminho

apenas porque, na idade pré-escolar, também não são todas as funções que se destacam, apenas uma, a memória. Em seguida, repete o velho passo porque a memória sozinha não é, ainda, internamente diferenciada. Repete porque a memória também começa a ocupar um lugar dominante na idade pré-escolar, assim como a percepção ocupava na primeira infância, e todas as outras funções da criança também agem de forma subordinada e em situação de dependência da memória, assim como antes agiam em relação à percepção. Em meados da idade pré-escolar, até mesmo a própria percepção entra em relação de subordinação com a memória. Repete-se a velha história, a memória também, na idade pré-escolar, passa a ocupar um lugar de condições benéficas máximas de desenvolvimento, ou seja, ela se desenvolve mais intensamente do que as demais funções nessa idade e do que a própria memória se desenvolvia antes e se desenvolverá depois. Resumindo, tudo que foi dito sobre as três primeiras leis conserva sua força também no segundo passo, mas, junto a isso, há ainda circunstâncias novas para as quais gostaria de chamar atenção.

A primeira circunstância consiste no fato de que a nova função, a memória, na idade pré-escolar, precisa alterar, em sentido oposto, suas relações com a função que dominava até então. Na primeira infância, ela estava subordinada à percepção; na idade pré-escolar, deve ocorrer o inverso: de função predominante, a percepção deve se tornar subordinada, e a memória, de função subordinada, deve se transformar em função predominante. A primeira novidade com a qual nos deparamos é que a nova função, por assim dizer, tem um concorrente potente, um rival competente. Ela deve ocupar não um lugar vazio, como foi com a percepção, mas reestruturar um sistema que já se constituiu. Esse é o primeiro ponto.

Em segundo lugar, ela deve, se pudermos dizer assim ou traduzir literalmente para a língua russa uma palavra estrangeira, ressubordinar a si as demais funções. Não simplesmente subordinar, como se fossem livres, nunca subordinadas, mas ressubordiná-las, transferir para sua própria dependência funções subordinadas à percepção.

Levando em consideração esses dois postulados, podemos analisá-los como expressão do postulado mais comum sobre o qual falei anteriormente, e sua novidade consiste no fato de que antes deveria surgir o sistema, enquanto agora o sistema deve ser reestruturado. O desenvolvimento posterior se caracteriza pela reestruturação do sistema.

Penso que ficará claro se eu disser que o desenvolvimento decorre desse postulado de forma muito peculiar. Mais precisamente: em todas as idades posteriores, uma nova função se desenvolve e começa a ocupar uma situação dominante **por meio da função anterior**. Como diz metaforicamente um dos pesquisadores, a nova função é traiçoeira. Desejando ocupar o lugar da função que dominava antes, faz com esta um acordo, se eleva em seus próprios ombros. Resumindo, a nova função chega à situação de dominância por meio da que dominava antes, **se apoia nela, inicialmente**. No limiar da primeira infância e da idade pré-escolar, pode-se dizer com precisão qual das duas funções domina. Por meio da função que dominava anteriormente, por meio da percepção, a nova função ressubordina a si as demais funções. Assim, não ocorre simplesmente de a percepção se deslocar do seu lugar, o qual passa a ser ocupado pela memória, que passa a subordinar as funções a si. O sistema antigo se transforma de tal modo que a memória, antes de tudo, passa a dominar a percepção, começa a se ligar a ela e, por meio desse centro, reestrutura o resto do sistema.

Quanto mais passam as idades, mais as situações se tornam complexas. Para ser breve, vou apresentar a vocês apenas um passo seguinte e formular a lei com a qual vou finalizar hoje. Na idade escolar, a situação será ainda mais complexa, porque, primeiramente, vamos lidar com duas funções diferenciadas, a percepção e a memória; em segundo lugar, vamos lidar com todas as funções restantes que, certa vez, foram subordinadas à percepção e depois ficaram subordinadas à memória. O próprio fato da ressubordinação leva à sua diferenciação já num novo sistema, numa nova [relação]²⁸ uma com a outra. Na idade escolar, a situação será mais complexa, e cada vez mais nas idades posteriores.

Dessa forma, o estudo do desenvolvimento mostra que, na medida em que há a passagem de uma idade para outra, **a complexidade das ligações interfuncionais aumenta extremamente**. Graças a isso, surge uma especificidade que é importante ao extremo, mais precisamente: para se diferenciarem, nem todas as funções devem passar pela situação dominante. Não é que toda função, para se diferenciar, precise passar por essa situação, **mas surge um novo caminho de diferenciação das funções por meio de sua ressubordinação**. Em cada nova etapa, reestruturam-se todas as relações funcionais. Sim; antes, elas eram subordinadas à

28 No original, “reflexão” (N. da E. R.).

percepção; depois, à memória; em seguida, na idade escolar, ao intelecto etc. Nessa reestruturação das relações interfuncionais é que ocorre a sua diferenciação, ou seja, **uma série inteira de funções se diferencia de forma muito sutil e precisa sem passar por uma situação dominante.**

Se isso está claro, podemos passar à formulação do quarto e último postulado que caracteriza as regularidades psicológicas do desenvolvimento infantil. (4) O processo seguinte de diferenciação funcional da consciência ocorre não pelo caminho direto do surgimento de uma nova função dominante e de um novo sistema de relações interfuncionais a ela correspondente, mas pelo caminho da reestruturação do sistema antigo e de sua transformação num novo sistema. Além disso, quanto mais diferenciado for o sistema da consciência em que ocorre essa reestruturação, mais complexamente transcorre o processo de reestruturação do sistema antigo em novo.

Por último, é graças à ressubordinação das funções, que ocorre em cada etapa, e à reestruturação das relações interfuncionais que se torna possível a diferenciação das funções sem que elas percorram o caminho da própria função dominante.